



www.enaphem.com



---

## A matemática prescrita para o ensino primário na década de 1960 e a formação do professor paranaense

---

The prescribed mathematics for the primary school in the decade of 1960 and the formation of the Parana's teacher

---

*Mariliza Simonete Portela<sup>1</sup>*

*Reginaldo Rodrigues da Costa<sup>2</sup>*

*Liceia Alves Pires<sup>3</sup>*

### Resumo

A pesquisa busca apresentar aspectos da reformulação do ensino primário paranaense na década de 1960, um período no qual a sociedade local se preparava para ocupar postos de trabalho em uma vindoura industrialização. O que nos intui saber é que medidas teriam sido propostas para o ensino primário para atender as demandas sociais daquele período? Para esta discussão, foram analisados documentos normativos do ensino primário e manuais do professor, uma vez que se considerou necessário comparar as normas com a proposta de ação dos professores. Concluiu-se que havia sim um alinhamento das propostas e que o estado do Paraná estava acompanhando as mudanças educacionais, sobretudo quanto ao ensino da matemática, propondo ser vanguarda e atualizado.

**Palavras-chave:** ensino primário; matemática; professor primário.

### Introdução

Na década de 1960, a educação brasileira estava sob a vigência da Lei de Diretrizes e Bases n. 4024/61 e os documentos normativos dos estados deveriam atender tanto a LDB quanto as demandas próprias. No estado do Paraná, a expansão das atividades econômicas e o preparo para a industrialização

---

<sup>1</sup> Doutora pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC/PR, professora da Universidade Estadual do Paraná- UNESPAR/Paranaguá. Membro do GHEMAT/PR. Brasil. E-mail: [mariliza.portela@gmail.com.br](mailto:mariliza.portela@gmail.com.br).

<sup>2</sup> Doutor pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC/PR, professor Adjunto da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Membro do GHEMAT/PR. Brasil. E-mail: [reginaldo.costa@pucpr.br](mailto:reginaldo.costa@pucpr.br).

<sup>3</sup> Doutora pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC/PR, professora da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR/Paranaguá. Membro do GHEMAT/PR. Brasil. E-mail: [liceia.pires@unespar.edu.br](mailto:liceia.pires@unespar.edu.br).

demandavam a organização do ensino primário, que entre outras funções deveria proporcionar formação para a atuação em postos de trabalhos em indústrias.

Com a necessidade urgente de escolarização, o governador do Paraná em exercício em 1962, Ney Aminthas de Barros Braga promulgou dois documentos que davam o direcionamento de base para a escola primária: O primeiro, que aprovava os programas de ensino para as escolas isoladas e, o segundo, que aprovava os programas de ensino para os grupos e casas escolares. Ambos atendendo o Art. 11 da LDB, que dava abertura para que os sistemas de ensino aumentassem o tempo dedicado aos primeiros anos escolares. Entretanto, no entendimento de Romanelli (2014), uma vez que nenhuma lei opera transformações por si só, mas sua eficácia está ligada a outras reformas não só do campo da educação como de outros setores da vida social, política e econômica, incluindo a infraestrutura econômica, observamos que para sua efetivação se faziam necessárias ações de cada estado.

Ainda em 1962, no Paraná, defendia-se a extensão do ensino primário em duas séries, que atenderiam a instrução primária necessária e preparariam para trabalho: as duas novas últimas séries do curso primário dariam aos alunos, além da alfabetização e instrução primária, a formação necessária para o exercício de determinadas profissões de nível elementar. Preconizou-se que, a partir do ano 1963, o ensino primário se estendesse para seis séries anuais nos grupos escolares e para cinco séries nas casas escolares podendo existir uma sexta série quando houvesse instalações apropriadas para oficinas de artes industriais. A partir disso, foram reformulados os programas para os grupos e casas escolares, buscando ajustá-los à nova realidade. Estariam as propostas de fato alinhadas com as demandas sociais do período?

Nesse “pacote” de reorganização da estrutura da educação foi promulgado em 1963 documentos orientadores denominados “Manual do Professor Primário do Paraná”. Nessa direção nos perguntamos se estariam esses manuais em acordo com as novas propostas para o ensino primário? E, de que saberes deveriam os professores do ensino primário apropriar-se para atender às preconizações dos Programas?

Para entender as nuances dessa organização, nesta pesquisa tomou-se como base três documentos da década de 1960: 1) Nova Seriação e Programa para as Escolas isoladas (1963b); 2) Nova Seriação e Programa para Os Grupos e Casas Escolares (1963a); 3) Manual do Professor Primário I e II edições (1963); complementando com a LDB 4024/61. Considerando necessário retroceder à citada LDB, analisamos o Programa do Ensino Primário Elementar (1960) para evidenciar as mudanças ocorridas antes e depois da Lei Nacional.

## **Análise e discussões**

Alguns comparativos, com relação às orientações oficiais e, de modo particular, para o ensino de matemática foram observados nos documentos oficiais. Lembrando que em termos de política brasileira de educação, em 12 de fevereiro de 1962 era instalado o Conselho Federal de Educação cuja meta era matricular no Ensino Primário, 100% da população de 7 a 11 anos de idade, o que não significa que a totalidade dos ingressos concluía essa fase da escolarização. A grande massa era de baixo poder aquisitivo e a mão de obra era necessária à sobrevivência e a expansão social exigia investimentos na educação. Assim, em

1964 entram em cena os acordos MEC USAID incluindo a contratação de assessores norte-americanos para dar suporte ao ensino primário.

Na proposta de organização do ensino primário havia uma preocupação em fundamentar a aquisição do conceito de número defendendo a premissa de que era base para a aprendizagem da matemática e que a iniciação matemática deveria ser sempre apoiada em materiais concretos adequados. O novo programa buscava considerar “[...] o aluno pela necessidade de sua integração ao meio em que vive e o professor como orientador do aprendizado do educando (Paraná, 1963b, p. 3), associando ao preconizado da LDB 4.024/61 que “na organização do ensino primário e médio a lei federal ou estadual atenderá: a) a variedade de métodos de ensino e formas de atividades escolares, tendo em vista as peculiaridades da região e dos grupos sociais” (Art. 20 a.).

No documento, denominado “O Ensino Primário no Paraná”, foi apresentado o programa, tanto para os grupos escolares e casas escolares como para as escolas isoladas. Primeiro traz um texto explicativo assinado por Jacundino da Silva Furtado (Secretário de Educação e Cultura - SEC), na sequência o Decreto nº 10.290 que dispõe sobre o ensino primário, posteriormente um texto sobre a exposição de motivos para ampliação do número de séries, sob nº 990/62 da S.E.C, direcionada ao Governador do Estado, referente às novas diretrizes e a forma de sua condução. E antes de apresentar os programas em si, o documento traz a Portaria que aprova os programas de ensino, assim divididos: Linguagem, Matemática, Estudos Sociais; e Ciências Naturais e Higiene.

Com relação ao programa de Matemática para os grupos e casas escolares, primeiro deles apresenta as considerações gerais sobre o ensino da matemática e na sequência os objetivos, para em seguida apresentar os conteúdos/saberes matemáticos por série (1ª série, 2ª série, 3ª série, 4ª série e 5ª série). Os tópicos por séries estão divididos em: objetivos; hábitos que deviam ser criados; o mínimo essencial a ser ensinado. A partir da segunda série o texto também apresenta algumas observações com relação os conteúdos e sua forma de trabalho pelo professor, isso também ocorre no programa para as escolas isoladas.

Fazendo um comparativo, série a série entre os documentos, observou-se que os conteúdos são muito parecidos, com poucas variações, porém o que se pode notar é que no programa para as escolas isoladas, existe uma explicação mais detalhada sobre como deveriam ser trabalhados determinados tópicos. Por exemplo: na primeira série, na parte das observações, o professor deveria: a) objetivar o ensino da numeração, associado o símbolo à quantidade; b) para o ensino da subtração, usar o processo eclético<sup>4</sup> e dar, nesta fase, apenas a noção de falta (Paraná, 1963b, p. 28). O texto também traz outras observações como “à medida que a criança for adquirindo os conhecimentos relativos à numeração, adição e subtração, levá-la a compreender e usar o vocabulário apropriado (Paraná, 1963b, p. 29). Já na segunda série, o texto explica que ao trabalhar com a divisão onde se tem um divisor composto de dois algarismos, o professor deveria seguir até 11º passo, conforme o caderno de Cálculos Graduados, Vol I, Professora Clélia Tavares Martins<sup>5</sup> (Paraná, 1963b, p. 32).

---

<sup>4</sup> Processo eclético refere-se ao uso de recursos diferentes com o mesmo objetivo.

<sup>5</sup> Detalhes deste documento está disponível no site do Repositório da UFSC, no endereço eletrônico: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/135310>.

Há instruções complementares para as escolas isoladas que não são contempladas no documento para os grupos escolares e casas escolares. Para as primeiras fica evidente uma preocupação em orientar o professor de uma forma mais detalhada, apresentando até procedimentos que ele poderia utilizar no seu trabalho. Esse detalhamento está apresentado em todas as séries, sendo que no terceiro ano, o texto dedica quase quatro páginas, que tem como título “Orientação da divisão de números decimais”. Neste tópico está explicado detalhadamente e sugerido por meio de diversos exercícios de cálculo como o professor deveria trabalhar as divisões com decimais, apresentando até mesmo, vários cálculos com níveis diferentes e graduais de dificuldades. Mostra, ainda, uma evolução de níveis de dificuldade série a série, por exemplo, “pequenas expressões, com números inteiros menores que 100, sobre as quatro operações, sem os sinais de reunião - parênteses, colchetes e chave” (Paraná, 1963b, p. 32). Na terceira série incluem-se expressões aritméticas apresentando parênteses e na quarta série as expressões com números inteiros e decimais, apresentando parênteses e colchetes.

No texto destinado aos grupos escolares e casas escolares, como o ensino está pautado em cinco séries e não em quatro como nas escolas isoladas, o texto apresenta para quinta série, objetivos, hábitos que deveriam ser consolidados, um conteúdo mínimo essencial e suas observações. Neste mínimo essencial o texto apresenta uma espécie de revisão, com pequenos acréscimos de dificuldades ou de formas de trabalho pelo professor. Estão inclusos neste, os tópicos de máximo divisor comum, mínimo múltiplo comum, associação de porcentagem a multiplicação de fração por inteiro, números primos entre si e cálculos de volume do cubo e paralelepípedo. Da mesma forma, as orientações estavam apresentadas nos documentos: “Manual do Professor Primário do Paraná” Vol. I (1963) e Vol II (1964).

Por mais que as escolas isoladas tivessem até a quarta série, alguns conteúdos apresentados para a quinta série dos grupos escolares, estavam contemplados nas observações da quarta série. Desta forma, entende-se que, por mais que as escolas isoladas tivessem uma série a menos a maioria dos conteúdos eram propostos.

Costa (2016), ao analisar os manuais elaborados pela SEC, observou que além dos conteúdos matemáticos (saberes a ensinar), o material trazia orientações didáticas e sugestões de atividades que poderiam ser desenvolvidas pelos professores primários. Os conteúdos seguiam a orientações para graduar o ensino conforme a dificuldade contida nas situações propostas. Um exemplo seria o trabalho com o campo numérico nas operações aritméticas, tratando-se dos fatos fundamentais da aritmética. Os saberes para ensinar se manifestavam com as atividades em que utilizavam recursos e materiais “concretos” para a observação de conceitos e relações matemática que pudessem ser representadas por esses materiais.

É importante destacar que os saberes a e para ensinar se integravam nas orientações, pelo menos nos anos iniciais do ensino primário. Além disso, Costa e Amaral (2019) identificaram as influências de referenciais relacionados com o movimento escolanovista ao avançar sua análise do manual. Segundo os autores é possível identificar vestígios de saberes veiculados em manuais pedagógicos que tinham estreita relação com os princípios e ideais empírico-ativista, dentre eles pode-se destacar, Backheuser (1946), Albuquerque (1954) e Thorndike (1936). Nesses aspectos podemos afirmar que o manual, enquanto currículo e como

orientação ao trabalho do professor, apresentava uma representação de um ensino de matemática sob os fundamentos da Escola Nova que estavam presentes no cenário educacional brasileiro.

## Conclusões

Sendo assim, verificamos que o alinhamento das propostas dos Programas com o as demandas sociais do período, como preparar a sociedade para industrialização, se materializava nos Manuais direcionados aos professores cujos saberes também eram ali preconizados. Em relação ao ensino da matemática no Paraná a proposta era atualizada e permite-nos inferir que o estado do Paraná estava acompanhando as mudanças educacionais.

## Referências

- Albuquerque, Irene de. (1954). *Metodologia da matemática*. Rio de Janeiro: Conquista.
- Backheuser, Everaldo (1946). *Como se ensina aritmética*. Porto Alegre: Livraria Globo.
- Costa, Reginaldo Rodrigues da; Amaral, Wagner Alexandre do (2019). Os materiais didáticos veiculados pelo manual do professor primário do paraná para o ensino da matemática na década de 1960. *Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico Educativo*, Campinas, v. 5, p. 1- 19.
- Costa, Reginaldo Rodrigues da (2016). A matemática na escola primária paranaense na década de 1960: orientações metodológicas e aprendizagem. *Revista Diálogo Educacional*, v. 16, n. 48, p. 423- 443.
- Paraná. (1963a). *O ensino primário no Paraná: nova seriação e programa para escolas primárias*. Decreto nº 10290, de 13/12/1962, que dispõe sobre o ensino primário no Estado. Portaria número 109/63, que aprova os programas de ensino para os grupos e casas escolares, 1963a. Retirado em 03 de outubro, 2019 de : <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104594>.
- Paraná. (1963b). *O ensino primário no Paraná: nova seriação e programas para as escolas isoladas*. Decreto nº 10290, de 13/12/1962, que dispõe do ensino primário no Estado. Portaria número 110/63, que aprova os programas de ensino para escolas isoladas. Retirado em 03 de outubro, 2019, de: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104593>.
- Brasil. (1961). *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei Federal n. 4024/61. Retirado em 27 de julho, 2020, de: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104588>.
- Paraná. (1960) Secretaria de Educação e Cultura. *Ensino Primário Elementar*. 2. ed. Curitiba.

Paraná. (1964). Secretaria de Educação e Cultura. *Manual do professor primário do Paraná*. v. 2. Curitiba.

Paraná. (1963) Secretaria de Educação e Cultura. *Manual do professor primário do Paraná*. v. 1. Curitiba.

Romanelli, Otaíza. de O. (2014). *História da educação no Brasil: 1930-1973*. 40ª ed. Petrópolis: Vozes.

Thorndike, Edward Lee. (1936). *A nova metodologia da aritmética*. Porto Alegre: Livraria do Globo.